



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS
ESTADO DO PARANÁ
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018**

ADVOGADO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 40 (quarenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição;
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



Instrução: As questões de números 01 a 04 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

A ascensão do futebol feminino

Por Guilherme Eler

01 O gol que Sissi marcou contra a Alemanha pegou todo mundo de surpresa. A campanha do
02 Brasil nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, corria melhor que a encomenda: após uma
03 vitória contra o Japão e um surpreendente empate com a Noruega, atual campeã mundial na
04 época, bastava repetir o resultado contra as poderosas alemãs para avançar _____ fase mata-
05 mata do torneio. Coube _____ craque de cabelo raspado, que vestia a camisa 10 da seleção
06 antes de Marta, garantir o placar de 1 a 1 e carimbar a vaga para as semifinais. Só que isso
07 criou um problema gigante para a CBF.

08 Tudo porque o voo comercial que traria a delegação feminina de volta ao Brasil já estava
09 marcado _____ para antes do término da competição. **Nem** os dirigentes acreditavam que as
10 canarinhas superariam a fase de grupos. "A gente só foi descobrir isso depois do jogo", lembra
11 Sissi. A solução foi embarcar o time feminino junto _____ seleção principal – a dos homens –,
12 que também foi derrotada na fase semifinal. As jogadoras ainda ouviram que voltar para casa a
13 bordo do voo fretado da seleção masculina "já servia de prêmio". Sissi não chega a discordar:
14 "Não posso dizer que foi ruim **porque** tive o prazer de conhecer o Roberto Carlos, o Ronaldo...".
15 Aposentada da seleção desde 2000, hoje ela é treinadora de um time infantil feminino nos
16 Estados Unidos.

17 A falha de logística deu-se, justamente, na estreia do futebol feminino brasileiro em
18 Olimpíadas. A primeira convocação de uma equipe nacional de mulheres aconteceu pouco antes,
19 em 1988, ano do primeiro torneio feminino internacional da Fifa, organizado em caráter
20 experimental. A seleção dos homens, tricampeã do mundo, já havia disputado 13 Copas.
21 Durante quase 40 anos, mulheres foram proibidas de jogar futebol profissional no Brasil. Dizia
22 uma lei, decretada em 1941, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas: "_____ mulheres não se
23 permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza". A norma não
24 citava exatamente o futebol, mas estava implícito que a bola não deveria rolar entre pés
25 femininos. Sobravam argumentos pseudocientíficos para tentar manter as mulheres belas,
26 recatadas e no lar. Defendia-se que elas tinham ossos mais frágeis, menos glóbulos vermelhos e
27 menor "resistência nervosa". A restrição de 1941 foi atualizada em 1965, quando a proibição do
28 futebol feminino, então, tornou-se expressa: "não é permitida a prática feminina de lutas de
29 qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, polo aquático, rúgbi,
30 halterofilismo e beisebol".

31 Não dá para dizer que a regra foi cumprida ao pé da letra. Nesse período muitas mulheres
32 jogaram futebol, mas de modo amador e, pode-se dizer, clandestino. Graças a essas "mulheres
33 desobedientes" o futebol feminino se manteve vivo.

Texto adaptado. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/a-vez-do-futebol-feminino/>

QUESTÃO 01 – Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 04, 05, 11 e 22.

- A) à – à – da – à
- B) para a – à – com a – às
- C) a – a – à – as
- D) a – ao – da – à
- E) na – para a – a – as

QUESTÃO 02 – Acerca da pontuação empregada no texto, considere o que se afirma nas assertivas abaixo:

- I. Os dois-pontos da linha 02 poderiam ser substituídos por “pois” entre vírgulas.
- II. As duas vírgulas que isolam “**atual campeão mundial na época**” (l. 03 e 04) marcam um aposto.
- III. As vírgulas das linhas 05 e 06 poderiam ser suprimidas sem que isso alterasse o sentido da frase ou acarretasse algum tipo de erro.
- IV. O travessão da linha 09 tem a função de marcar uma ênfase na frase; por isso, pode ser suprimido sem acarretar erro estrutural na frase.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 03 – Relacione as duas colunas segundo o tipo de formação das palavras retiradas do texto.

Coluna 1

- 1. Derivação prefixal.
- 2. Composição.
- 3. Estrangeirismo.
- 4. Derivação sufixal.
- 5. Derivação regressiva.

Coluna 2

- () Pseudocientíficos.
- () Halterofilismo.
- () Empate.
- () Treinadora.
- () Craque.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 1 – 2 – 5 – 4 – 3.
- B) 2 – 1 – 5 – 3 – 4.
- C) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.
- D) 3 – 2 – 1 – 5 – 4.
- E) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.

QUESTÃO 04 – Entre as seguintes possibilidades de reescrita do fragmento a seguir, retirado do texto, assinale a que apresenta mudança de sentido e/ou erro gramatical.

“A restrição de 1941 foi atualizada em 1965, quando a proibição do futebol feminino, então, tornou-se expressa: ‘não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza (...)’.”

- A) Atualizou-se em 1965 a restrição de 1941, quando, então, tornou-se expressa a proibição do futebol feminino: “não se permite a prática feminina de lutas de qualquer natureza (...)”.
- B) Em 1965, a restrição de 1941 foi atualizada; então, a proibição do futebol feminino tornou-se expressa: “não é permitido prática feminina de lutas de qualquer natureza (...)”.
- C) A restrição de 1941, expressando a proibição do futebol feminino, passou por atualização, então, em 1965: “não permite-se práticas femininas de lutas de qualquer natureza (...)”.
- D) A restrição de 1941 atualizou-se em 1965; então, tornou-se expressa a proibição do futebol feminino: “não se permite a prática feminina de lutas de qualquer natureza (...)”.
- E) “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza (...)”: assim se deu a proibição expressa do futebol feminino, em 1965, quando se atualizou, então, a restrição de 1941.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 05 – De acordo com a Lei Orgânica, a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei Federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Com base nisso, analise as afirmações a seguir, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- () A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- () As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- () É facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para a área incluída no Plano Diretor, exigir nos termos da Lei Federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, ou sofrerá penalidades previstas na Lei Orgânica.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F.
- B) F – V – F – V.
- C) V – V – V – V.
- D) F – F – F – F.
- E) V – F – F – V.

QUESTÃO 06 – Sabendo que nenhum dos dependentes recebe qualquer auxílio financeiro, analise as seguintes situações dos servidores ativos e de baixa renda, todas verificadas em agosto de 2019:

- Catarina é viúva e cuida sozinha de seu filho de 04 anos.
- Por complicações durante a gestação, a filha de Amadeu nasceu com paralisia cerebral.
- Os filhos gêmeos de Serafim, Rita e Raul, completarão 23 anos em dezembro desse ano, mês da formatura de ambos: ela em Ciências Sociais e ele em Tecnologia da Informação.
- O padrasto de Marli sofreu um atropelamento quando estava indo encaminhar sua aposentadoria, ficando acamado e sem perspectiva de voltar a andar. Ela, filha única, acabou por levá-lo para sua casa, a fim de facilitar a rotina de cuidados de que ele necessita.

Considerando apenas as informações expostas, segundo a Lei nº 300/2001, o salário-família está sendo pago a quais desses servidores?

- A) Somente a Serafim.
- B) Somente a Catarina e Amadeu.
- C) Somente a Serafim e Marli.
- D) Somente a Catarina, Amadeu e Marli.
- E) Catarina, Amadeu, Serafim e Marli.

QUESTÃO 07 – Quanto aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos do Município de Congonhinhas, considerando a Lei Complementar nº 002/2001, qual das afirmações a seguir está INCORRETA?

- A) São segurados os servidores públicos municipais titulares de cargos de provimento efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial, mesmo que nomeados para o exercício de cargo comissionado ou designados para exercer função gratificada.
- B) Os servidores públicos municipais inativos estão dentre os segurados pelo RPPS.
- C) Fica excluído da condição de segurado o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado por regime próprio de previdência social.
- D) O segurado inativo que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, filiar-se-á ao Regime Geral de Previdência Social na condição de exercente de mandato eletivo.
- E) Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor público municipal titular de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo será segurado obrigatório em apenas um dos cargos ocupados, a sua escolha.

QUESTÃO 08 – Qual dos servidores a seguir terá direito à progressão na carreira, vertical ou horizontal, segundo a Lei nº 305/2001?

- A) Cristina, que obteve aprovação em todos os períodos do estágio probatório, findando essa etapa com sucesso.
- B) Sueli, que está em licença, sem vencimentos.
- C) Maurício, que está em licença de saúde por sete meses.
- D) Luciane, que está em licença há oito meses para tratar da saúde de sua mãe, que luta contra um câncer.
- E) Lair, que está à disposição de órgão externo à Administração Municipal, em desvio de função.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 09 – No Word 2016, é possível restringir a edição de arquivos. Essa opção está presente em qual guia?

- A) Revisão.
- B) Ferramentas.
- C) Segurança.
- D) Bloqueios.
- E) Exibição.

QUESTÃO 10 – No Excel 2016, é possível trabalhar com tabelas dinâmicas, que possibilitam analisar melhor os dados de uma planilha. Essa funcionalidade está disponível em qual guia?

- A) Filtros.
- B) Tabelas.
- C) Configurações.
- D) Ferramentas.
- E) Inserir.

QUESTÃO 11 – No Gerenciador de Tarefas do Windows 10, é possível avaliar diversos itens de funcionamento do sistema operacional, que são divididos em algumas guias. São guias existentes no Gerenciador de Tarefas do Windows 10:

- A) Processos, Desempenho e Usuários.
- B) Aplicativos, Usuários e Ferramentas.
- C) Processos, Aplicativos e Rede.
- D) Sistema Operacional, Processos e Rede.
- E) Desempenho, Sistema Operacional e Componentes.

QUESTÃO 12 – Sobre o Google Chrome, em sua versão mais atualizada, é correto afirmar que:

- A) Não pode ser definido como navegador padrão no Windows 10.
- B) No Windows 10, pode ser utilizado em paralelo com outros navegadores.
- C) Não é possível excluir seu histórico de navegação.
- D) Não é possível excluir os Cookies.
- E) Só funciona com navegação em modo privado quando o Windows está em modo de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 13 – A linha doutrinária que considera a Constituição como o somatório dos fatores reais de poder que regem uma nação é conhecida como Teoria:

- A) Formal.
- B) Normativa.
- C) Analítica.
- D) Sociológica.
- E) Culturalista.

QUESTÃO 14 – A lei ordinária que viesse a estabelecer a pena de morte no Brasil em tempos de paz padeceria de inconstitucionalidade:

- A) Formal objetiva.
- B) Formal subjetiva.
- C) Formal orgânica.
- D) Material.
- E) Parcial.

QUESTÃO 15 – O Ministério Público da União é chefiado pelo Procurador-Geral da República, o qual é:

- A) De livre nomeação do Presidente da República, sendo escolhido entre os membros da carreira ou externo a esta, mediante aprovação do Congresso Nacional.
- B) Escolhido pelo Conselho Superior do Ministério Público e, após, nomeado pelo Presidente da República.
- C) Nomeado pelo Ministro da Justiça, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- D) Nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal.
- E) Escolhido pelos membros da carreira, tendo seu nome referendado pelo Conselho Superior do Ministério Público e nomeado pelo Ministro da Justiça.

QUESTÃO 16 – Julgada procedente uma ação popular e decorridos 60 dias da publicação da sentença condenatória, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos _____ dias seguintes, sob pena de falta grave.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 5
- B) 10
- C) 20
- D) 30
- E) 90

QUESTÃO 17 – No caso de condenação pela prática de atos de improbidade administrativa:

- A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estará sujeito aos afeitos patrimoniais desta condenação.
- B) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às consequências pecuniárias desta condenação até o limite do valor da condenação, mesmo que ultrapasse a extensão da herança.
- C) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às consequências pecuniárias desta condenação até o limite do valor da herança.
- D) Somente o sucessor que participar da demanda sofrerá as consequências da condenação.
- E) Os efeitos desta se referem apenas às sanções de caráter penal e, portanto, somente atingem o sucessor que atuou em coautoria na prática do ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 18 – Determinada concessionária de serviço público descumpriu obrigação assumida em um contrato firmado com um fornecedor, o qual, descontente com a atitude da concessionária, impetrou Mandado de Segurança. Nessa hipótese:

- A) O juiz deverá indeferir o Mandado de Segurança, fundamentando a sua decisão na ilegitimidade desta concessionária para responder pelos seus atos, devendo o *writ* ser impetrado em relação à pessoa jurídica de direito público que realizou a concessão.
- B) Não deve ser admitido o Mandado de Segurança, pois não cabe a utilização desse *writ* contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de concessionárias de serviços públicos.
- C) A concessionária é considerada uma *longa manus* da entidade pública que realizou a concessão e, portanto, legitimada para o *writ*.
- D) O magistrado, ao receber o Mandado de Segurança, não poderá deferir de plano a liminar, devendo antes realizar a oitiva do órgão de representação jurídica da impetrada.
- E) O magistrado oportunizará a emenda da petição inicial para que seja indicada como litisconsorte passiva a pessoa jurídica de direito público que realizou a concessão.

QUESTÃO 19 – Considerando os termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise as seguintes assertivas:

- I. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- II. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- III. Em qualquer órgão público ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.
- IV. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, sendo, porém, vedada a edição de súmulas administrativas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas III e IV.

QUESTÃO 20 – No Direito Civil, quando uma pessoa, sob premente necessidade ou inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, verifica-se a figura:

- A) Do erro.
- B) Do dolo.
- C) Do estado de perigo.
- D) Da lesão.
- E) Da coação.

QUESTÃO 21 – No contrato de compra e venda de bem imóvel, a forma da escritura pública é essencial à validade do ato quando o valor do imóvel for superior a quantas vezes o maior salário mínimo vigente no país?

- A) 10.
- B) 15.
- C) 20.
- D) 30.
- E) 50.

QUESTÃO 22 – Nos termos indicados no Código Civil, a usucapião imobiliária de bens públicos:

- A) Somente é possível para bens de uso especial.
- B) Somente é possível para bens dominiais, pois somente estes podem ser alienados.
- C) Somente pode ocorrer nas formas de usucapião especial.
- D) Somente pode ocorrer na forma de usucapião especial urbano coletivo.
- E) É vedada para qualquer espécie de bem público.

QUESTÃO 23 – Determinado grupo de pessoas realizou a ocupação indevida de um bem público. Conforme o entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- A) A posse poderá ser considerada de boa-fé ou de má-fé, conforme o caso, levando-se em consideração a existência de motivos justificados para a invasão do bem público.
- B) Com o passar do tempo, poderá ocorrer o reconhecimento da usucapião, desde que reconhecida a ocorrência da função social.
- C) Os ocupantes serão considerados detentores, não possuindo direito de indenização ou retenção por acessões ou benfeitorias.
- D) Os ocupantes terão direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis, mas não serão ressarcidos pelas benfeitorias voluptuárias.
- E) Os ocupantes poderão exercer o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias e úteis.

QUESTÃO 24 – Nas sociedades limitadas, em caso de omissão do contrato social, a cessão de quotas sociais a outro sócio:

- A) Não é permitida.
- B) É permitida.
- C) Somente é permitida se o contrato social contar com cláusula de aplicação subsidiária da lei das sociedades anônimas.
- D) É vedada, se o contrato social contar com cláusula de aplicação subsidiária das normas da sociedade simples.
- E) Depende de aprovação de sócios representativos da maioria do capital social.

QUESTÃO 25 – Nas causas cíveis em que a Fazenda Pública for parte, quando o valor da condenação ou do proveito econômico obtido for até 200 (duzentos) salários-mínimos, os honorários advocatícios de sucumbência:

- A) Não são devidos.
- B) Devem ser fixados entre oito e vinte por cento sobre o referido valor.
- C) Devem ser fixados entre dez e vinte por cento sobre o referido valor.
- D) Devem ser fixados em dez por cento.
- E) Devem ser fixados em vinte por cento.

QUESTÃO 26 – No Processo Civil, a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio:

- A) É irrecurável.
- B) Pode ser atacada por Mandado de Segurança.
- C) Pode ser atacada por agravo de instrumento.
- D) Não poderá ser recorrida de imediato, mas poderá ser atacada como preliminar de apelação, quando da oportunidade deste recurso.
- E) Pode ser atacada por agravo retido.

QUESTÃO 27 – Frente à invasão de sua fazenda por um grupo de pessoas indeterminadas, o proprietário ajuizou ação de interdito proibitório. Nessa hipótese, o julgador:

- A) Deverá indeferir a petição inicial, por ser inepta.
- B) Determinará a emenda da petição inicial, para a correção do procedimento.
- C) Receberá a petição inicial, pois a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obsta que o juiz conheça do pedido.
- D) Deverá indeferir a petição inicial por impropriedade do procedimento, pois houve erro grosseiro na escolha da demanda possessória adequada.
- E) Deverá indeferir a petição inicial, pois a situação fática narrada não permite a utilização de ações possessórias.

QUESTÃO 28 – No processo civil, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, é admissível:

- A) Incidente de resolução de demanda repetitiva.
- B) Recurso especial repetitivo.
- C) Recurso extraordinário repetitivo.
- D) Reclamação ao tribunal superior.
- E) Incidente de assunção de competência.

QUESTÃO 29 – No processo civil, o prazo para a Fazenda Pública oferecer recurso especial será de quantos dias úteis?

- A) 5.
- B) 10.
- C) 15.
- D) 30.
- E) 60.

QUESTÃO 30 – A ação rescisória não terá cabimento quando a decisão de mérito, transitada em julgado:

- A) For proferida por juiz impedido.
- B) For proferida por juiz relativamente incompetente para a causa.
- C) Violar manifestamente norma jurídica.
- D) Ofender a coisa julgada.
- E) For fundada em erro de fato verificável no exame dos autos.

QUESTÃO 31 – No Direito Ambiental, a afirmação de que, no progresso econômico e social, deve ocorrer a utilização racional dos recursos ambientais, de forma a não apenas satisfazer as necessidades das gerações presentes, mas também não comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, corresponde ao princípio:

- A) Da precaução.
- B) Do poluidor pagador.
- C) Da ubiquidade.
- D) Do desenvolvimento sustentável.
- E) Da educação ambiental.

QUESTÃO 32 – O zoneamento ambiental:

- A) Substitui o Plano Diretor Urbano ou, se existente este, a ele se sobrepõe.
- B) Substitui as leis de ordenamento do território ou, se existentes estas, a elas se sobrepõe.
- C) Não substitui nem se sobrepõe ao Plano Diretor Urbano ou às leis de ordenamento de território, de competência do Município.
- D) É de competência exclusiva do Município.
- E) Estabelece normas específicas para a fixação de zonas de proteção do ambiente, sendo de competência exclusiva dos estados.

QUESTÃO 33 – No Direito ambiental, são considerados poluidores:

- A) Apenas as pessoas naturais diretamente responsáveis pela degradação ambiental.
- B) Apenas as pessoas naturais direta ou indiretamente responsáveis pela degradação ambiental.
- C) Apenas as pessoas naturais ou jurídicas privadas diretamente responsáveis pela degradação ambiental.
- D) Qualquer pessoa natural ou jurídica, com exceção das pessoas jurídicas de direito público, direta ou indiretamente responsáveis pela degradação ambiental.
- E) Toda pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, direta ou indiretamente responsáveis pela degradação ambiental.

QUESTÃO 34 – No Direito Tributário, o princípio da imunidade recíproca indica que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não podem cobrar, uns dos outros:

- A) Impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços.
- B) Qualquer espécie tributária.
- C) Taxas.
- D) Contribuições.
- E) Impostos e taxas.

QUESTÃO 35 – Sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, é INCORRETO afirmar que:

- A) É de competência municipal.
- B) Tem como base de cálculo o valor de mercado do imóvel.
- C) É nortado pelo elemento espacial (território urbano) e temporal (cobrança anual).
- D) Pode ser atualizado mediante Decreto em percentual correspondente ao índice oficial de correção monetária.
- E) É nortado pela técnica de incidência de alíquotas progressivas.

QUESTÃO 36 – O imposto sobre serviços (ISS):

- A) Não comporta alíquota variável.
- B) Pode ter alíquota fixa ou variável, de acordo com as características do sujeito passivo.
- C) É de competência da União.
- D) Tem como contribuinte aqueles que prestam serviços em relação de emprego.
- E) Tem como contribuinte os trabalhadores avulsos.

QUESTÃO 37 – A isenção tributária:

- A) Somente pode ser outorgada nos casos expressamente previstos na Constituição Federal.
- B) Se outorgada em relação à obrigação principal, automaticamente se aplica à obrigação acessória correspondente.
- C) Uma vez concedida, poderá ser revogada a qualquer tempo, com exceção das isenções onerosas, que proporcionam direito adquirido.
- D) Uma vez concedida, não pode ser revogada.
- E) Não pode ser concedida em caráter individual.

QUESTÃO 38 – Aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem pratica ato em:

- A) Estado de necessidade, o que exclui a ilicitude da conduta.
- B) Estado de necessidade, o que exclui a tipicidade da conduta.
- C) Legítima defesa, o que exclui a ilicitude da conduta.
- D) Legítima defesa, o que exclui a tipicidade da conduta.
- E) Legítima defesa, o que atua como causa de exclusão de culpabilidade.

QUESTÃO 39 – Aquele que admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo incidirá em crime punido com detenção, de ____ meses a ____ anos, e multa.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) dois – dois
- B) dois – três
- C) cinco – dois
- D) seis – três
- E) seis – dois

QUESTÃO 40 – Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, no Processo Penal, contam-se os prazos:

- A) Da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- B) Da data da juntada da carta precatória ou de ordem.
- C) A partir de cinco dias da data de juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- D) A partir de cinco dias da data de juntada aos autos da carta precatória ou de ordem.
- E) A partir de oito dias da data de juntada aos autos da carta precatória ou de ordem.